



Costa Oeste
Transmissora de Energia

Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.

CNPJ 14.507.191/0001-97

Subsidiária Integral da Copel Geração e Transmissão S.A.

Rua José Izidoro Biazetto, 158, Bloco A - Mossunguê - Curitiba – PR

CEP 81200-240

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2024

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
Balancos Patrimoniais	10
Demonstrações de Resultados	11
Demonstrações de Resultados Abrangentes	11
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.....	12
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	13
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	14
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	14
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	14
3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS	15
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	20
5. CLIENTES	20
6. ATIVO DE CONTRATO	21
7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	21
8. FORNECEDORES	21
9. TRIBUTOS.....	22
10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	23
11. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO	23
12. PROVISÕES PARA LITÍGIOS E PASSIVOS CONTINGENTES.....	24
13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	25
14. RECEITA OPERACIONAL	26
15. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	26
16. RESULTADO FINANCEIRO	26
17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	27
18. GERENCIAMENTO DE CAPITAL.....	30
19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	31
20. SEGUROS	32
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES	33

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

À ACIONISTA

A Administração da Costa Oeste Transmissora de Energia S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício de 2024, bem como o Relatório dos Auditores Independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição da acionista, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

Curitiba, 09 de abril de 2025

Marcio Raphael Ploszaj
Diretor Técnico

Adriano Fedalto
Diretor Administrativo Financeiro

1. A COMPANHIA

A Costa Oeste Transmissora de Energia S.A (Costa Oeste ou Companhia), instituída em outubro de 2011, é uma empresa que atua na área de transmissão de energia elétrica como uma sociedade de propósito específico - SPE e tem a Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT) como única acionista. Por sua vez, a Copel GeT é controlada pela Companhia Paranaense de Energia (Copel ou Controladora).

2. COSTA OESTE EM NÚMEROS

Em milhares de reais	2024	2023	variação %
Indicadores Contábeis			
Ativo total	166.287	162.877	2,1
Caixa e equivalentes de caixa	7.878	15.014	(47,5)
Títulos e valores mobiliários	1.830	1.676	9,2
Dívida total	8.657	10.778	(19,7)
Dívida líquida	(1.051)	(5.912)	(82,2)
Receita operacional bruta	30.410	22.885	32,9
Deduções da receita	1.555	1.391	11,8
Receita operacional líquida	28.855	21.494	34,2
Custos e despesas operacionais	9.983	3.280	204,4
Resultado das atividades	18.872	18.214	3,6
Ebitda ou Lajida ^(a)	18.881	18.223	3,6
Resultado financeiro	520	459	13,3
IRPJ/CSLL	1.359	1.207	12,6
Lucro operacional	19.392	18.673	3,9
Lucro líquido do exercício	18.033	17.466	3,2
Patrimônio líquido	140.895	139.589	0,9
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	1,3	2,9	(55,2)
Liquidez geral (índice)	6,5	7,0	(7,1)
Margem do Ebitda ou Lajida (Ebitda ou lajida/receita operacional líquida) (%)	65,4	84,8	(22,9)
Dívida total sobre o patrimônio líquido (%)	6,1	7,7	(20,8)
Margem operacional (lucro operacional/receita operacional líquida) (%)	67,2	86,9	(22,7)
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	62,5	81,3	(23,1)
Participação de capital de terceiros (%)	15,3	14,3	7,0
Rentabilidade do patrimônio líquido (Lucro Líquido ÷ (PL inicial)) (%)	12,9	13,8	(6,5)

^(a)Ebitda ou Lajida - Lucros antes dos juros, impostos, depreciação e amortização

3. GESTÃO ESG (AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA)

A Costa Oeste gerencia a agenda de sustentabilidade por meio de áreas focadas em ESG, com diretrizes corporativas divulgadas através de políticas e normas. A Copel, como companhia de capital aberto, segue diretrizes de Governança Corporativa e adota um sistema robusto para alinhar o desempenho dos administradores aos interesses da empresa e partes interessadas. Desde 2021, a Copel integra o Nível 2 de governança na B3 e adota o Código de Melhores Práticas do IBGC, além de atender aos critérios da SEC e regulamentações brasileiras. Após se tornar uma corporação sem acionista controladora, a Copel continua a aprimorar sua estrutura de governança.

3.1. Programa de Integridade

O Programa de Integridade da Copel está alinhado às melhores práticas de ações contra a corrupção. O 10º Princípio do Pacto Global preconiza que as empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, com metas para desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis, indo além das obrigações legais, fortalecendo os mecanismos de transparência e integridade. Abrangendo todos os empregados, administradores e conselheiros fiscais, o Programa de Integridade está estruturado para prevenir, detectar e remediar potenciais atos lesivos como conflito de interesses, fraudes em processos de contratação e pagamentos, entre outros.

Fazem parte do Programa de Integridade, o Código de Conduta, que foi revisado e atualizado em 2024, incorporando as mudanças decorrentes da transformação da Copel em corporação e melhores práticas de mercado e o Canal de Denúncia, que registra qualquer situação que indique violação de princípios éticos, políticas, normas, leis e regulamentos ou outras condutas impróprias e mantém canais de manifestação específicos para esses fins, com garantia de sigilo

3.2. Dimensão Social

Consciente de seu papel na sociedade, a Costa Oeste desenvolve programas e ações voltados ao bem-estar das comunidades, alinhados às expectativas de seus públicos e a diretrizes internacionais, como a Agenda 2030 da ONU. A Companhia busca alternativas que promovam desenvolvimento social, mesmo ao implementar novos empreendimentos que gerem empregos e receitas, mas que possam exigir mitigação de impactos.

Mais informações sobre esses programas podem ser encontradas no [Relato Integrado](#).

3.3. Dimensão Ambiental

O comprometimento da Costa Oeste com o desenvolvimento sustentável está intrinsecamente relacionado ao dia a dia de suas atividades. A Companhia atua para atingir a ecoeficiência, preservar a biodiversidade e reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE).

As diretrizes para essa atuação estão na Política de Sustentabilidade da Copel, que aborda em seus diversos capítulos os temas Ambiental, Biodiversidade, Direitos Humanos, Engajamento com Partes Interessadas, Investimento Social Privado e Mudança do Clima, é base para outras normas internas de Gestão de Resíduos, de Gestão dos Efeitos de Mudança do Clima, entre outras.

Mais informações sobre esses programas podem ser encontradas no [Relato Integrado](#).

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

A Companhia foi constituída com o propósito específico de implantação, operação e exploração comercial das instalações de transmissão do Edital do Leilão nº 04/2011 - Aneel. O edital originou o Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia nº 001/2012 - Aneel, composto pela Linha de Transmissão em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 144,76 km, com origem na Subestação Cascavel Oeste e término na Subestação Umuarama Sul e pela Subestação Umuarama Sul, com transformação 230/138 kV - 300 MVA e respectivas conexões de unidades transformadoras, entradas de linha, interligação de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, localizadas no Estado do Paraná.

A empresa Caiuá Transmissora de Energia S.A., por meio do Contrato de Transferência não Onerosa de Bens nº 001/2014, em atendimento aos critérios para a composição da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, formalizado pela Resolução Normativa nº 67/2004 e ao Edital de Leilão nº 006/2011 - Aneel, transferiu para a Costa Oeste as Instalações do Seccionamento da Linha de Transmissão Cascavel Oeste - Umuarama Sul 230 kV da Costa Oeste.

Após o Seccionamento da Linha de Transmissão Cascavel Oeste - Umuarama Sul 230 kV os ativos da Costa Oeste ficaram com a seguinte configuração:

- Uma Entrada de Linha de Transmissão 230kV, na Subestação Cascavel Oeste da Copel GeT, no município de Cascavel - PR;
- Duas Entradas de Linha de Transmissão 230kV, na Subestação Cascavel Norte da SPE Caiuá, no município de Cascavel - PR;
- Linha de Transmissão CS 230kV, com 29,60 km de extensão que interliga a Subestação Cascavel Norte com a Subestação Cascavel Oeste, com 64 torres e trecho de seccionamento com 7,30 km de extensão com 28 torres de circuito duplo compartilhadas, passando pelos municípios de Cascavel e Santa Tereza do Oeste;
- Linha de Transmissão CS 230kV, com 129,76 km de extensão que interliga a subestação Cascavel Norte com a Subestação Umuarama Sul, com 303 torres e trecho de seccionamento com 7,30 km de extensão com 28 torres de circuito duplo compartilhadas, passando por 9 municípios da região;
- Subestação Umuarama Sul de 230/138kV com 02 Transformadores trifásicos de 150 MVA, situada no município de Umuarama - PR.
- Duas Entradas de Linha em 138 kV na Subestação Umuarama Sul da Copel Distribuição S.A, no

município de Umuarama - PR;

Este empreendimento entrou em operação comercial em agosto de 2014, com investimentos de R\$ 82,5 milhões, auferindo a partir desta data as parcelas mensais da Receita Anual Permitida - RAP previstas no Contrato de Concessão nº 001/2012. Adicionalmente, ainda em agosto de 2014, celebrou o Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST nº 014/2012 com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, passando a integrar Rede Básica do Sistema Interligado Nacional – SIN.

Reforços nas instalações:

- Foram instaladas duas Entradas de Linha em 138 kV na Subestação Umuarama Sul através de parecer de acesso obtido da Aneel pela Copel Distribuição S.A.
- A Aneel emitiu a Resolução Autorizativa nº 7.172/2018, autorizando a Companhia a implantar reforços nas demais instalações de transmissão de energia elétrica - DIT, sob sua responsabilidade, especificamente: a instalação de 01 (um) Banco de Capacitores em 138 kV, 30 MVAR, Substituição do Disjuntor de Interconexão de Barras e Conexões, na Subestação Umuarama Sul e estabeleceu a Receita Anual Permitida - RAP no valor de R\$ 0,8 milhão.

A implantação do Banco de Capacitores 138kV – 30MVAR foi concluída em setembro de 2020, sendo que o referido reforço entrou em operação comercial na data de 15.09.2020.

Em 2023 através da Resolução Autorizativa n.º 14.711/2023, a Aneel autorizou a implantação de reforços na subestação 230 kV Umuarama Sul, de concessão da Costa Oeste Transmissora de Energia S.A., subsidiária integral da Copel GeT, com investimento de cerca de R\$ 33,9 milhões e RAP de aproximadamente R\$ 4,5 milhões, a partir da entrada em operação comercial, cujo prazo previsto pela Aneel é novembro de 2025.

Linhas e Subestações de Transmissão em Operação – Características Físicas

Linhas e Subestações de Transmissão	Propriedade	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capacidade Transformação (MVA)	Início de Operação Comercial	Vencimento da Outorga
Linhas e Subestações próprias							
Contrato nº 001/2012		LT Cascavel Norte - Cascavel Oeste	CS 230kV	29	-	31.08.2014	12.01.2042
	100,0%	LT Cascavel Norte - Umuarama Sul	CS 230 kV	130	-		
		SE Umuarama	- 230/138 kV	-	300	27.07.2014	
Total				159	300		

Linhas e Subestações de Transmissão em Operação – Características Financeiras

Linhas e Subestações de Transmissão	Propriedade	RAP (R\$ mil)	RAP Proporc. (R\$ mil)	Ano de degrau da RAP	Mês base reajuste	Índice de correção
Linhas e Subestações próprias						
Contrato nº 001/2012		LT Cascavel Norte - Cascavel Oeste				
	100%	LT Cascavel Norte - Umuarama Sul	19.695	19.695	não aplicável	Julho
		SE Umuarama				IPCA
Total			19.695	19.695		

RAP Realizada e Esperada

Em vista das linhas em operação, a RAP esperada para os próximos cinco anos está representada no quadro a seguir

Linha de transmissão - RAP proporcional - R\$ mil *	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Integral							
Contrato de concessão de transmissão nº 001/2012	18.285	18.997	20.212	20.212	20.212	20.212	20.212
TOTAL	18.285	18.997	20.212	20.212	20.212	20.212	20.212

* Valores correntes nominais até 2024. A partir de 2025, inclusive, são sem inflação à moeda de 31.12.2024.

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO (em milhares de reais)

5.1. Receita Operacional Líquida

Em 2024, a Receita Operacional Líquida teve acréscimo de R\$ 7.361, representando 34,2% de aumento em relação a 2023 devido principalmente a receita de construção em 2024:

5.2. Custos e Despesas Operacionais

Em 2024, os Custos e Despesas Operacionais teve acréscimo de R\$ 6.703, representando 204,4% de aumento em relação a 2023 devido ao aumento do Custo de Construção:

	2024	2023	Variação	
			R\$	%
Pessoal, administradores, Planos de Previdência e Assistencial	208	301	(93)	(30,9)
Material	-	48	(48)	(100,0)
Serviços de terceiros	3.107	2.358	749	31,8
Depreciação e amortização	9	9	-	-
Perdas de créditos, provisões e reversões	359	61	298	488,5
Custo de construção	5.977	165	5.812	3.522,4
Outros custos e despesas operacionais	323	338	(15)	(4,4)
	9.983	3.280	6.703	204,4

5.3. EBITDA ou LAJIDA

Em milhares de Reais	2024	2023
Lucro líquido	18.033	17.466
Despesas com tributos sobre os lucros	1.359	1.207
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	(520)	(459)
Lajir/Ebit	18.872	18.214
Depreciação e Amortização	9	9
Lajida/Ebitda	18.881	18.223
Receita Operacional Líquida - ROL	28.855	21.494
Margem do Ebitda% (Ebitda ÷ ROL)	65,43%	84,78%

O Ebitda da Companhia em 2024 teve aumento de R\$ 658 ou 3,6% em relação a 2023.

5.4. Resultado Financeiro

O resultado financeiro apresentou acréscimo de R\$ 61 devido principalmente a diminuição da variação monetária e encargos da dívida, compensada pela redução do rendimento em aplicações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanços Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2024	31.12.2023
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.878	15.014
Clientes	5	2.150	2.123
Ativos de contrato	6	3.872	3.339
Outros créditos		179	253
Imposto de renda e contribuição social		123	188
Despesas antecipadas		40	76
		14.242	20.993
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Títulos e valores mobiliários	7	1.830	1.676
Ativos de contrato	6	150.200	140.184
		152.030	141.860
Intangível		15	24
		152.045	141.884
TOTAL DO ATIVO		166.287	162.877
PASSIVO	NE nº	31.12.2024	31.12.2023
CIRCULANTE			
Partes relacionadas	19	43	76
Fornecedores	8	4.137	235
Imposto de renda e contribuição social	9	149	155
Outras obrigações fiscais	9	140	75
Empréstimos e financiamentos	10	2.231	2.221
Dividendos a pagar	13.4	4.282	4.148
Encargos setoriais a recolher		136	81
Pesquisa e desenvolvimento	11	194	259
Outras contas a pagar		28	9
		11.340	7.259
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	5.074	4.864
Empréstimos e financiamentos	10	6.426	8.557
Pesquisa e desenvolvimento	11	62	175
Provisões para litígios	12	2.490	2.433
		14.052	16.029
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	13.1	73.000	73.000
Reserva legal	13.3	7.514	6.612
Reserva de retenção de lucros	13.3	47.532	47.532
Dividendo adicional proposto	13.4	12.849	12.445
		140.895	139.589
TOTAL DO PASSIVO		166.287	162.877

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2024	31.12.2023
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	14	28.855	21.494
Custos Operacionais	15	(9.065)	(2.534)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		19.790	18.960
Outras Despesas Operacionais	15		
Despesas com vendas		(359)	(61)
Despesas gerais e administrativas		(487)	(615)
Outras despesas operacionais		(72)	(70)
		(918)	(746)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		18.872	18.214
Resultado Financeiro	16		
Receitas financeiras		1.371	1.519
Despesas financeiras		(851)	(1.060)
		520	459
LUCRO OPERACIONAL		19.392	18.673
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	9.1		
Imposto de renda e contribuição social		(1.149)	(991)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(210)	(216)
		(1.359)	(1.207)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		18.033	17.466
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - em reais	13.2	0,24700	0,26250

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
em milhares de reais

	31.12.2024	31.12.2023
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	18.033	17.466
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	18.033	17.466

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

em milhares de reais

	NE nº	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2023		53.000	5.739	67.532	-	-	126.271
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	17.466	17.466
Aumento de capital		20.000	-	(20.000)	-	-	-
Destinação proposta à A.G.O.:	13.4						
Reserva legal		-	873	-	-	(873)	-
Dividendos mínimo obrigatório		-	-	-	-	(4.148)	(4.148)
Dividendo adicional proposto		-	-	-	12.445	(12.445)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		73.000	6.612	47.532	12.445	-	139.589
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	18.033	18.033
Deliberação do dividendo adicional proposto		-	-	-	(12.445)	-	(12.445)
Destinação proposta à A.G.O.:	13.4						
Reserva legal		-	902	-	-	(902)	-
Dividendos mínimo obrigatório		-	-	-	-	(4.282)	(4.282)
Dividendo adicional proposto		-	-	-	12.849	(12.849)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		73.000	7.514	47.532	12.849	-	140.895

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2024	31.12.2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do período		18.033	17.466
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do período com a geração de caixa das atividades operacionais:			
Encargos, variações monetárias não realizadas - líquidas		844	1.061
Remuneração de contratos de concessão de transmissão	6	(20.296)	(18.183)
Imposto de renda e contribuição social	9.1	1.149	991
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.1	210	216
Constituição para programas de pesquisa e desenvolvimento	11.2	184	181
Depreciação e amortização	15	9	9
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas	15	359	61
		492	1.802
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes		15.395	14.718
Outros créditos		74	(2)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		65	(71)
Despesas antecipadas		36	(13)
		15.570	14.632
Aumento (redução) dos passivos			
Partes relacionadas		(33)	(3)
Fornecedores		(2.075)	(139)
Outras obrigações fiscais		65	13
Encargos setoriais a recolher		55	15
Pesquisa e desenvolvimento	11.2	(370)	(141)
Outras contas a pagar		19	-
		(2.339)	(255)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
		13.723	16.179
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.155)	(976)
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	10.2	(765)	(933)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
		11.803	14.270
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras		(154)	(165)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
		(154)	(165)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Amortizações de principal de empréstimos e financiamentos	10.2	(2.192)	(2.773)
Dividendos pagos		(16.593)	(6.651)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
		(18.785)	(9.424)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		(7.136)	4.681
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	15.014	10.333
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	7.878	15.014
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		(7.136)	4.681

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

em milhares de reais

1. Contexto Operacional

A Costa Oeste Transmissora de Energia S.A. (Costa Oeste ou Companhia) é uma companhia de capital fechado com sede na Rua José Izidoro Biazetto, 158, Bairro Mossunguê, CEP 81.200-240, na cidade de Curitiba, estado do Paraná. Possui a Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT) como único acionista. Por sua vez, a Copel GeT é controlada pela Companhia Paranaense de Energia (Copel).

Suas atividades de construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica são reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME, por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Energia nº 001/2012 - Aneel. O prazo da concessão de 30 anos contado a partir da data de celebração do contrato se encerra em 11.01.2042.

2. Base de Preparação

2.1 Declaração de conformidade

A demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS” (*IFRS® Accounting Standards*), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee* (*IFRIC® Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (*SIC® Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 09.04.2025.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Copel e de suas controladas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, as quais são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como aquelas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas são as seguintes:

- NEs nºs 3.2 e 6 - Ativos de contrato: definição da taxa de remuneração dos contratos, alocação do preço às obrigações de performance e previsão dos fluxos de caixas;
- NEs nºs 3.3 e 5 – Redução ao valor recuperável de ativos: estimativa de valores que não serão recebidos;
- NEs nºs 3.4 e 12 - Provisões para litígios e passivos contingentes: estimativa de perdas em processos judiciais;
- NE nºs 3.5 e 14 - Reconhecimento de receita: estimativa de valores não faturados e de margem de construção.

2.5 Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Há expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo e não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. A Companhia conta com o suporte financeiro de sua Controladora.

3. Políticas Contábeis Materiais

As principais políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras são apresentadas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3.1 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

Depois do reconhecimento inicial os ativos financeiros somente são reclassificados se a Companhia mudar o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e esta reclassificação deve ocorrer de forma prospectiva.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

3.1.1 Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.1.2 Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

3.1.3 Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.1.4 Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.2 Ativos de contrato

Representa o saldo do contrato de serviço público de transmissão de energia elétrica firmado com o Poder Concedente para construir, operar e manter as linhas e subestações de alta tensão dos centros de geração até os pontos de distribuição.

Durante a vigência do contrato de concessão a Companhia recebe, condicionado a sua performance, uma remuneração denominada Receita Anual Permitida - RAP que amortiza os investimentos realizados na construção da infraestrutura e faz frente aos custos de operação e manutenção incorridos.

Após o início da operação comercial e na medida em que o serviço de operação e manutenção – O&M é prestado, a parte da RAP referente a receita de O&M é reconhecida no resultado ao valor justo, mensalmente, e faturada em conjunto com a parte da receita reconhecida na fase de construção, referente a remuneração dos ativos construídos. Este valor faturado após o cumprimento da performance de O&M é reclassificado para o ativo financeiro na rubrica de clientes até o seu recebimento efetivo.

A Companhia estima sua receita na fase de construção a valor justo com base no custo orçado da obra e utilizado pela administração como parâmetro para o lance no leilão da concessão. A receita a valor justo é composta pelo custo orçado para todo período de construção acrescido da margem de construção, que representa o lucro suficiente para cobrir os gastos de gerenciamento e acompanhamento da obra.

A taxa de remuneração de cada concessão é determinada pela projeção do custo esperado, da margem de lucro sobre o custo na fase de construção e também da projeção da RAP a ser recebida na fase de operação, já líquida da estimativa da contraprestação variável (PV) e da parte da RAP da performance de O&M. Essa técnica de avaliação de valor justo pela abordagem de receita desconta o fluxo de caixa de todo o período da concessão, determinando no reconhecimento inicial a taxa implícita que zera o fluxo ao longo do tempo. Essa taxa de remuneração é fixada no momento inicial e não se altera durante a performance do contrato e representa a taxa de mercado vigente a época nas condições da negociação entre partes.

O ativo proveniente da construção da infraestrutura de transmissão é formado pelo reconhecimento da receita de construção, conforme o percentual completado da obra (NE nº 3.6) e por sua remuneração financeira (NE nº 3.5.2).

A Companhia reconhece os ganhos e perdas por eficiência ou ineficiência na construção da infraestrutura e em função de revisão tarifária periódica – RTP, quando incorridos, diretamente no resultado do exercício.

No vencimento da concessão, se houver saldo remanescente ainda não recebido relacionado à construção da infraestrutura, este será recebido diretamente do Poder Concedente, conforme previsto no contrato de concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da RAP.

3.3 Redução ao valor recuperável de ativos

3.3.1 Ativos financeiros

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma estimativa para perdas esperadas para todas as contas a receber de clientes, em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

3.4 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

Os valores que correspondem à parcela principal da provisão são reconhecidos no resultado operacional ou no ativo e a atualização monetária, se houver, é reconhecida no resultado financeiro. Provisões socioambientais são registrados em contrapartida ao ativo quando incorridos durante a fase de implantação de empreendimentos ou, ainda, após a entrada em operação comercial, quando considerados condicionantes para obtenção/renovação das licenças de operação e manutenção.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos contabilmente, porém são divulgados em nota explicativa quando for provável o reconhecimento de benefícios econômicos futuros, para os ativos, ou quando a probabilidade de saída de recursos for avaliada como possível, no caso dos passivos.

3.5 Reconhecimento da receita

3.5.1 Receita de contratos com clientes

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente e quando for provável o recebimento da contraprestação considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagar a contraprestação quando devida.

As receitas da Companhia são auferidas pela disponibilidade da rede elétrica por meio da remuneração do ativo de contrato e da operação e manutenção da infraestrutura de transmissão de energia elétrica.

3.5.2 Receita de juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa efetiva de juros sobre o montante do principal em aberto. A taxa de juros efetiva é aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros calculados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

Em relação ao ativo de contrato da concessão de transmissão de energia elétrica, é reconhecida a receita de remuneração financeira utilizando a taxa de remuneração implícita fixada no início de cada projeto, a qual é apresentada na demonstração do resultado como receita operacional de acordo com o modelo de negócios da Companhia.

3.6 Receita de construção e custo de construção

As receitas relativas a serviços de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviços de transmissão de energia elétrica são reconhecidas ao longo do tempo com base no estágio de conclusão da obra no fim de cada período, mensurada com base na proporção dos custos incorridos em relação aos custos totais estimados dos contratos de concessão de transmissão.

Os respectivos custos são reconhecidos quando incorridos, na demonstração do resultado do exercício, como custo de construção.

A margem de construção adotada para a atividade de transmissão deriva de metodologia de cálculo que considera o risco do negócio.

3.7 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia adota o regime tributário do lucro presumido para fins de reconhecimento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, adicional IRPJ e para a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL.

Reconhece imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre a receita financeira provisionada e sobre a remuneração e margem de construção do contrato de concessão.

3.8 Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2024

A partir do exercício de 2024 estão vigentes as alterações a seguir, sem impactos nas demonstrações contábeis da Companhia:

- (i) CPC 03 / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 / IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: requisitos para divulgação de acordos de financiamento de fornecedores;
- (ii) CPC 26 / IAS 1 - requisitos para classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes e para apresentação de Passivo Não Circulante com Covenants;
- (iii) CPC 06 / IFRS 16 - Arrendamentos: alterações relacionadas a operações de “sale and leaseback”; e
- (iv) CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado: alterações para adequação aos CPCs emitidos posteriormente a emissão da norma.

3.9 Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir dos exercícios seguintes estarão vigentes as alterações nos seguintes pronunciamentos:

- i) CPC 02 / IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade (a partir de 1º.01.2025);
- ii) CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (a partir de 1º.01.2025);

- iii) ICPC 09 (R3) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial (a partir de 1º.01.2025);
- iv) CPC 48 / IFRS 9 e CPC 40 / IFRS 7 – Classificação e mensuração de instrumentos financeiros e Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (a partir de 1º.01.2026);
- v) IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras (a partir de 1º.01.2027);
- vi) IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações (a partir de 1º.01.2027);
- vii) OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (*allowances*) e Crédito de Descarbonização (CBIO) (a partir de 1º.01.2025); e
- viii) CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (sem data de vigência definida).

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes destas alterações de normas, exceto a IFRS 18, para a qual a Administração está avaliando os impactos de adoção.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e bancos conta movimento	737	669
Aplicações financeiras de liquidez imediata	7.141	14.345
	7.878	15.014

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação em caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e são remuneradas entre 100,5% e 101,0% da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. Clientes

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31.12.2024	31.12.2023
Encargos de uso da rede elétrica	1.991	129	456	2.576	2.184
(-) Perdas de créditos esperadas	(2)	-	(424)	(426)	(61)
	1.989	129	32	2.150	2.123

O ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico emite mensalmente os AVC's - avisos de créditos relativos à apuração mensal dos serviços e encargos de transmissão e determina quanto cada cliente deve pagar a cada transmissora. No entanto a cobrança é feita diretamente entre transmissora e cliente. Toda inadimplência é comunicada ao ONS o qual pode, conforme cada caso, executar a garantia, retirar o cliente

da apuração mensal e, em último caso, cancelar o contrato com o cliente e retirá-lo do sistema de transmissão.

6. Ativo de Contrato

Em 1º.01.2023	140.141
Transferências para encargos do uso da rede - clientes	(15.129)
Apropriação de litígios	163
Remuneração	18.183
Receita de construção	165
Em 31.12.2023	143.523
Transferências para encargos do uso da rede - clientes	(15.781)
Transferências para imobilizado	(32)
Apropriação de litígios	57
Remuneração	19.752
Receita de construção	5.977
Margem de construção	576
Em 31.12.2024	154.072
	Circulante
	3.872
	Não circulante
	150.200

6.1 Premissas adotadas para o cálculo do ativo de contrato

	31.12.2024	31.12.2023
Margem de construção	1,65%	1,65%
Margem de operação e manutenção	1,65%	1,65%
Taxa de remuneração (a)	8,92% a.a.	8,91% a.a.
Índice de correção dos contratos	IPCA	IPCA
RAP anual, conforme Resolução Homologatória	24.590	23.708

(a)Taxa média ponderada do contrato e das resoluções de reforços e melhorias posteriores.

7. Títulos e valores mobiliários

A Companhia possui títulos e valores mobiliários que rendem taxas de juros variáveis.

O saldo, classificado como ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio de resultado, corresponde à conta reserva mantida como garantia para o contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES (NE nº 10).

Categoria	Indexador	31.12.2024	31.12.2023
Cotas de fundos de investimentos	CDI	1.830	1.676
		1.830	1.676
	Não circulante	1.830	1.676

Certificado de Depósito Interbancário - CDI

8. Fornecedores

O saldo corresponde, principalmente, aos valores devidos pela prestação de serviços de operação e manutenção.

9. Tributos

	31.12.2024	31.12.2023
Passivo circulante		
Imposto de renda e contribuição social	149	155
Outras obrigações fiscais		
PIS/Pasep e Cofins	63	60
Outros tributos	77	15
	289	230
Passivo não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Contratos de concessão	4.818	4.532
Rendimentos de aplicações financeiras	256	332
	5.074	4.864

Baseada em seu histórico de rentabilidade e na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em suas projeções internas elaboradas para prazos razoáveis aos seus negócios de atuação, a Companhia constituiu crédito fiscal diferido sobre a receita financeira provisionada e sobre a remuneração e margem de construção do contrato de concessão, com expectativa de realização conforme quadro a seguir:

2025	(541)
2026	(285)
2027	(285)
2028	(285)
2029	(285)
2030 a 2032	(854)
A partir de 2032	(2.539)
	(5.074)

9.1 Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

	31.12.2024		31.12.2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Imposto de renda e contribuição social				
Faturamento regulatório	20.232	20.232	19.509	19.509
Alíquota	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	1.619	2.428	1.561	2.341
Receita financeira auferida sobre os valores resgatados, líquidas de IOF	1.371	1.371	1.519	1.519
(-) Receita financeira provisionada	221	221	(329)	(329)
Outras receitas	28	28	28	28
(=) Base de cálculo	3.239	4.048	2.779	3.559
Aliquotas vigentes	15%	9%	15%	9%
Adicional	10%		10%	
Imposto de renda e contribuição social provisionados	785	364	671	320
Imposto de renda e contribuição social diferidos				
Contratos de concessão	9.894	9.894	3.381	3.381
Alíquota	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	792	1.187	270	406
Receita financeira provisionada	(221)	(221)	329	329
Outras receitas	(50)	(50)	-	-
(=) Base de cálculo	521	916	599	735
Imposto de renda e contribuição social diferidos	128	82	150	66

10. Empréstimos e financiamentos

Os contratos tiveram o objetivo de financiar a implantação de linha de transmissão entre as subestações Cascavel Oeste e Umuarama Sul e a implantação da subestação Umuarama Sul

Banco	Garantias	31.12.2024	31.12.2023
BNDES	Cessão fiduciária de direitos creditórios	8.657	10.778
		8.657	10.778
	Circulante	2.231	2.221
	Não circulante	6.426	8.557

O custo médio da dívida em taxa nominal em 2024 é de 10,08% (8,07% em 2023), o que equivale a 82,93% do CDI (69,24% do CDI em 2023).

10.1 Vencimentos das parcelas de longo prazo

2026	2.203
2027	2.203
2028	2.020
	6.426

10.2 Mutação de empréstimos e financiamentos

Em 01.01.2023	13.440
Encargos e variação monetária	1.044
Amortização - principal	(2.773)
Pagamento - encargos	(933)
Em 31.12.2023	10.778
Encargos e variação monetária	836
Amortização - principal	(2.192)
Pagamento - encargos	(765)
Em 31.12.2024	8.657

10.3 Cláusulas contratuais restritivas - covenants

O contrato de financiamento junto ao BNDES requer a manutenção do Índice de cobertura do serviço da dívida - ICSD superior a 1,3 de modo que o descumprimento poderá implicar vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

Em 31.12.2024, todos os indicadores e condições acordados foram integralmente atendidos.

11. Pesquisa e Desenvolvimento

Conforme a Lei nº 9.991/2000 e regulamentações complementares, as concessionárias e permissionárias de transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida regulatória em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico.

11.1 Saldos constituídos para aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

	Aplicado e não concluído	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Saldo em 31.12.2024	Saldo em 31.12.2023
FNDCT	-	13	-	13	6
MME	-	6	-	6	3
P&D	171	4	62	237	425
	171	23	62	256	434
			Circulante	194	259
			Não circulante	62	175

Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT

11.2 Mutação dos saldos de P&D

	FNDCT	MME	P&D	Total
Em 1º.01.2023	12	6	359	377
Constituições	72	36	73	181
Juros	-	-	17	17
Recolhimentos	(78)	(39)	(24)	(141)
Em 31.12.2023	6	3	425	434
Constituições	74	36	74	184
Juros	-	-	8	8
Recolhimentos	(67)	(33)	(270)	(370)
Em 31.12.2024	13	6	237	256

12. Provisões para Litígios e Passivos Contingentes

A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.4 são atendidos. A Administração da Companhia acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa relacionadas às ações pelas quais responde na data da elaboração das demonstrações financeiras, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório brasileiro, sendo que a resolução final depende das conclusões dos processos judiciais. Por este motivo, esta informação não é fornecida.

Em 31.12.2024 o saldo de Provisões para litígios de R\$ 2.490 (R\$ 2.433 em 31.12.2023) refere-se a ações judiciais de natureza cível, referente aos processos de indenizações relacionadas às faixas de servidão das linhas de transmissão.

Passivos contingentes são obrigações decorrentes de eventos passados sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação. Em 31.12.2024 o saldo de passivos contingentes de R\$ 429 (sem valores em 31.12.2023) se refere aos processos de indenizações relacionadas às faixas de servidão das linhas de transmissão.

13. Patrimônio Líquido

13.1 Capital social

O capital social integralizado em 31.12.2024, no valor de R\$ 73.000 (R\$ 73.000 em 31.12.2023) é composto por 73.000.000 ações ordinárias, sem valor nominal, pertencentes à Copel Geração e Transmissão S.A.

13.2 Resultado por ação

	31.12.2024	31.12.2023
Numerador básico e diluído		
Resultado líquido básico e diluído alocado por classes de ações	18.033	17.466
Denominador básico e diluído		
Média ponderada das ações	73.000.000	66.534.247
Resultado líquido do período básico e diluído por ação	0,2470	0,2625

13.3 Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros visa a cobertura do programa de investimento da Companhia, conforme o artigo 196 da Lei nº 6.404/1976, e é constituída com base em Orçamento de Capital proposto pelos órgãos da Administração para deliberação da Assembleia Geral, quando aplicável.

13.4 Proposta de distribuição de dividendos

	31.12.2024	31.12.2023
Base de cálculo para os dividendos		
Lucro líquido do exercício	18.033	17.466
Reserva legal (5%)	(902)	(873)
	17.131	16.593
Dividendos propostos		
Dividendo mínimo obrigatório	4.282	4.148
Dividendo adicional proposto	12.849	12.445
	17.131	16.593
Valor do dividendo por ação	0,000235	0,000249

14. Receita Operacional

	31.12.2024	31.12.2023
Receita de operação e manutenção - O&M	5.759	7.504
Receita de juros efetivos	18.073	15.188
Receita de construção	6.553	165
Outras receitas	25	28
(-) PIS/Pasep e Cofins	(738)	(712)
(-) Pesquisa e desenvolvimento	(184)	(181)
(-) Encargos setoriais	(633)	(498)
	28.855	21.494

15. Custos e despesas operacionais

	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais	31.12.2024	31.12.2023
Pessoal e administradores	-	-	(181)	-	(181)	(269)
Planos previdenciário e assistencial	-	-	(27)	-	(27)	(32)
Material	-	-	-	-	-	(48)
Serviços de terceiros	(3.022)	-	(85)	-	(3.107)	(2.358)
Depreciação e amortização	-	-	(9)	-	(9)	(9)
Perdas de créditos, provisões e reversões	-	(359)	-	-	(359)	(61)
Custo de construção	(5.977)	-	-	-	(5.977)	(165)
Outros custos e despesas operacionais	(66)	-	(185)	(72)	(323)	(338)
	(9.065)	(359)	(487)	(72)	(9.983)	(3.280)

16. Resultado Financeiro

	31.12.2024	31.12.2023
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	1.358	1.514
Rendimento sobre depósitos judiciais	11	3
Acréscimos moratórios sobre faturas	2	2
	1.371	1.519
(-) Despesas financeiras		
Variação monetária e encargos da dívida	836	1.044
Outras despesas financeiras	15	16
	851	1.060
Líquido	520	459

17. Instrumentos Financeiros

17.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2024		31.12.2023	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	2	7.878	7.878	15.014	15.014
Títulos e valores mobiliários (b)	7	2	1.830	1.830	1.676	1.676
			9.708	9.708	16.690	16.690
Custo amortizado						
Clientes (a)	5		2.150	2.150	2.123	2.123
			2.150	2.150	2.123	2.123
Total dos ativos financeiros			11.858	11.858	18.813	18.813
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores (a)	8		4.137	4.137	235	235
Empréstimos e financiamentos (c)	10		8.657	8.132	10.778	10.125
Total dos passivos financeiros			12.794	12.269	11.013	10.360

Os diferentes níveis de hierarquia de valor justo são classificados conforme a seguir:

Nível 1: obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; e

Nível 2: obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

- Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.
- Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- Utilizado como premissa básica o custo da última captação realizada pela Companhia Paranaense de Energia – Copel e/ou suas subsidiárias, de CDI + *spread* de 1,12%, para desconto do fluxo de pagamentos esperado.

17.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

17.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de cliente ou contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição ao risco de crédito	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e equivalentes de caixa (a)	7.878	15.014
Títulos e valores mobiliários (a)	1.830	1.676
Clientes (b)	2.150	2.123
	11.858	18.813

- A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar

praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.

- b) Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Tal risco está intimamente relacionado a fatores internos e externos à Companhia. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia atua na gerência de contas a receber, detectando os consumidores inadimplentes e implementando políticas específicas de cobrança.

17.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados ao controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais.

São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração. Anualmente ocorre a aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício.

As projeções econômico-financeiras de médio e longo prazos abrangem períodos mensais cobrindo os próximos cinco anos. A projeção de curto prazo considera períodos diários cobrindo os próximos 90 dias.

A Companhia monitora permanentemente o volume de recursos a serem liquidados por meio de controle do fluxo de caixa, objetivando reduzir o custo de captação, o risco de renovação dos empréstimos e a aderência à política de aplicações financeiras, mantendo-se um nível de caixa mínimo.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil - Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para os próximos 3 anos seguintes. A partir de 2029, repetem-se os indicadores de 2028 até o horizonte da projeção.

	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Passivo Total
31.12.2024							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 10	239	478	2.110	7.575	-	10.402
Fornecedores		4.137	-	-	-	-	4.137
		4.376	478	2.110	7.575	-	14.539
31.12.2023							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 10	333	662	2.727	10.861	2.108	16.691
Fornecedores		209	-	-	-	-	209
		542	662	2.727	10.861	2.108	16.900

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

17.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) **Risco de taxa de juros e variações monetárias**

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 / IFRS 7 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto na data destas demonstrações financeiras estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras e para o cenário provável consideraram-se os saldos com a variação dos indicadores (CDI/Selic - 15,0% previsto na mediana das expectativas de mercado para 2024 do Relatório Focus do Bacen, e TJLP - 8,79%, que considera a projeção interna da Companhia). Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em

decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base	Cenários Projetados		
		31.12.2024	Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI	1.830	2.100	2.032	1.965
		1.830	2.100	2.032	1.965
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos - BNDES	Alta TJLP	(8.657)	(761)	(951)	(1.142)
		(8.657)	(761)	(951)	(1.142)

18. Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

O endividamento em relação ao patrimônio líquido é apresentado a seguir:

	31.12.2024	31.12.2023
Empréstimos e financiamentos	8.657	10.778
(-) Caixa e equivalentes de caixa	7.878	15.014
(-) Títulos e valores mobiliários	1.830	1.676
Dívida líquida	(1.051)	(5.912)
Patrimônio líquido	140.895	139.589
Endividamento em relação ao patrimônio líquido	(0,01)	(0,04)

19. Transações com Partes Relacionadas

O quadro a seguir apresenta os saldos decorrentes de transações relevantes com partes relacionadas efetuadas pela Companhia, exceto transações de operações em ambiente regulado, registradas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores:

Parte Relacionada / Natureza da operação	Passivo		Custo / Despesa	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Controlador				
Copel Geração e Transmissão S.A				
Dividendos	4.282	4.148	-	-
Contrato de operação e manutenção	847	192	(2.331)	(2.256)
Compartilhamento	30	55	-	-
Entidades com influência significativa				
BNDES e BNDESPAR - Financiamentos (b)	8.657	10.778	(836)	(1.044)
Entidades sob controle comum				
Copel Distribuição S.A.				
Compartilhamento (a)	13	17	-	-
Eólicas (c)				
Compartilhamento (a)	-	4	-	-
Pessoal chave da administração				
Honorários	-	-	(10)	(22)
Encargos sociais	-	-	(3)	(5)

- (a) A Companhia registrou gastos com atividades corporativas entre controladoras e entidades sob controle comum, referentes a pessoal e administradores, conforme contrato de compartilhamento assinado entre as partes. As atividades estão concentradas nas suas controladoras e entidades sob controle comum.
- (b) O BNDES é controlador da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR que, por sua vez, possui ações da Companhia Paranaense de Energia - Copel. As informações do financiamento estão detalhadas na NE nº 10.
- (c) Empreendimentos de geração de energia eólica, cujas ações pertencem à Copel GeT.

A Companhia não possui planos de benefícios de longo prazo para os Administradores.

20. Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos seguros contratados pela Companhia está demonstrada a seguir:

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Seguro D&O (a)	28.03.2026	154.808
Riscos Nomeados	24.08.2025	19.670

(a) O valor da importância segurada foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 31.12.2024, de R\$ 6,1923.

Curitiba, 09 de abril de 2025

Marcio Raphael Ploszaj
Diretor Técnico

Adriano Fedalto
Diretor Administrativo Financeiro

Michael Luiz de Souza
Contador CRC-PR-058084/O-0

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Pelo presente instrumento, como membros da Diretoria Executiva da Costa Oeste Transmissora de Energia S.A. (Costa Oeste), sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT) e controlada indireta da Companhia Paranaense de Energia (Copel), declaramos que:

(I) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório de auditoria da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. relativamente às demonstrações financeiras da Costa Oeste de 31.12.2024; e

(II) revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Costa Oeste de 31.12.2024.

E, por ser verdade, firmamos a presente.

Curitiba, 09 de abril de 2025

MARCIO RAPHAEL PLOSZAJ
Diretor Técnico

ADRIANO FEDALTO
Diretor Administrativo-Financeiro



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Costa Oeste Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do período anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 18 de abril de 2024, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Curitiba, 09 de abril de 2025


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-6

DocuSigned by
Adriano Machado
Signed by: ADRIANO MACHADO/1561101899
CPF: 1561101899
Signing Time: 09 de Abril de 2025, 11:18:09:17
O ICP-Brasil, OJ: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
C BR
Insc: AC SERASA RFB V5
ICP
Adriano Machado
Contador CRC PRO42584/O-7

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: CFCB2EA-B1E9-4C8A-B52E-D5A43803EBF6

Status: Concluído

Assunto: Complete com o Docusign: COSTAOESTEDEZ24.pdf

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Envelope fonte:

Documentar páginas: 36

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 2

Rubrica: 0

Renan Thielen

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

São Paulo, São Paulo 04538-132

renan.thielen@pwc.com

Endereço IP: 134.238.160.200

Rastreamento de registros

Status: Original

09 de abril de 2025 | 17:42

Portador: Renan Thielen

renan.thielen@pwc.com

Local: DocuSign

Status: Original

09 de abril de 2025 | 18:18

Portador: CEDOC Brasil

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

Local: DocuSign

@pwc.com

Eventos do signatário

Adriano Machado

a.machado@pwc.com

Sócio

PwC BR

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

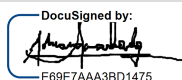
Tipo de assinatura: ICP Smart Card

Emissor da assinatura: AC SERASA RFB v5

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através da Docusign

Assinatura



Adoção de assinatura: Desenhado no dispositivo

Usando endereço IP: 134.238.160.2

Registro de hora e data

Enviado: 09 de abril de 2025 | 17:44

Visualizado: 09 de abril de 2025 | 18:16

Assinado: 09 de abril de 2025 | 18:18

Eventos do signatário presencial

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor

Status

Registro de hora e data

Evento de entrega do agente

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados

Status

Registro de hora e data

Eventos de cópia

Status

Registro de hora e data

Renan Thielen

renan.thielen@pwc.com

Manager

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através da Docusign

Copiado

Enviado: 09 de abril de 2025 | 18:18

Visualizado: 09 de abril de 2025 | 18:18

Assinado: 09 de abril de 2025 | 18:18

Eventos com testemunhas

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos do tabelião

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	09 de abril de 2025 17:44
Entrega certificada	Segurança verificada	09 de abril de 2025 18:16
Assinatura concluída	Segurança verificada	09 de abril de 2025 18:18
Concluído	Segurança verificada	09 de abril de 2025 18:18

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
-----------------------------	---------------	-----------------------------



Estas demonstrações financeiras
estão publicadas no site da Copel.
Utilize a câmera do seu smartphone
para ler o código ao lado.

